

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

**FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS AO ABRIGO DO ACORDO
QUADRO Nº 03/2021 DA CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL**

PROCESSO N.º 2022/300.10.005/190

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS	4
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1. ^a - Objeto	4
Cláusula 2. ^a - Contrato.....	4
Cláusula 3. ^a – Vigência do Contrato.....	5
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
Secção I - Obrigações do Fornecedor	5
Subsecção I - Disposições Gerais	5
Cláusula 4. ^a - Obrigações principais do fornecedor	6
Cláusula 5. ^a - Prazo do Fornecimento.....	6
Cláusula 6. ^a - Local do Fornecimento.....	7
Subsecção II - Dever de sigilo	7
Cláusula 7. ^a - Objeto do dever de sigilo	7
Cláusula 8. ^a – Prazo do dever de sigilo	8
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines	8
Cláusula 9. ^a - Preço contratual.....	8
Cláusula 10. ^a - Preço base	8
Cláusula 11. ^a - Condições de pagamento	9
Cláusula 12. ^a - Revisão de preços	9
Cláusula 13. ^a – Adiantamentos	9
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	10
Cláusula 14. ^a - Força maior	10
Cláusula 15. ^a - Resolução do contrato por parte da Câmara Municipal de Sines	11
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	11
Cláusula 16. ^a – Caução	11
CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS	12
Cláusula 18. ^a – Subcontratação e cessão da posição contractual	12
Cláusula 19. ^a - Comunicações e notificações.....	12
Cláusula 20. ^a - Contagem dos prazos	13
Cláusula 21. ^a – Legislação aplicável	13
PARTE II – CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	13
Cláusula 22. ^a – Especificações Técnicas.....	13
Cláusula 23. ^a – Emissão de Cartão Eletrónico de Abastecimento para o Lote 1	14
Cláusula 24. ^a – Níveis de serviço para o Lote 1	15

Cláusula 25. ^a – Condições de fornecimento do Lote 2.....	16
Cláusula 26. ^a – Níveis de serviço do Lote 2	17
Cláusula 27. ^a – Instalação de reservatório e bomba de abastecimento	18
Cláusula 28. ^a – Emissão de relatórios de gestão.....	19
Cláusula 29. ^a – Preços dos produtos	22
Cláusula 30. ^a – Quantidades a fornecer.....	22
Cláusula 31. ^a – Listagem de veículos para emissão de cartões eletrónicos de abastecimento em postos de abastecimento públicos.....	23

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o fornecimento de combustíveis rodoviários ao abrigo do Acordo Quadro nº 03/2021 da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral e respetivos serviços associados, designadamente: pagamento de portagens (com ou sem associação à Via Verde) e de estacionamento, instalação de reservatórios e bombas de abastecimento, em conformidade com as cláusulas técnicas descritas no presente Caderno de Encargos, aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado as disposições do caderno de encargos do Acordo Quadro supra referido.

Nos termos do previsto no art.º 46.º - A do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação – Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, será uma aquisição com os seguintes lotes:

- Lote 1 – Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, respetivamente gasolina e gasóleo com cartão eletrónico de abastecimento;
- Lote 2 – Aquisição de combustíveis rodoviários a granel, respetivamente gasóleo.

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação – Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 3 (três) anos, contados a partir da data da oposição da última assinatura eletrónica, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do Fornecedor

Subsecção I - Disposições Gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, e nas peças do presente procedimento, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Efetuar o fornecimento nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;
 - b) Comunicar antecipadamente os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das obrigações nos termos do contrato celebrado;
 - c) Obrigação de cumprir todos os requisitos legais para a boa execução do fornecimento;
 - d) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviço, a sua situação jurídica e o seu registo comercial.
2. O fornecedor fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento.
3. O fornecedor deverá identificar o gestor do contrato, indicando o seu nome e respetivos contatos.
4. Em caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe dê origem, o fornecedor obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição do fornecimento objeto do contrato para um terceiro a designar pelo Município de Sines, de modo a garantir a continuidade do fornecimento, com a mínima perturbação e de modo a que a transição ocorra de modo progressivo e ordenado.

Cláusula 5.ª - Prazo do Fornecimento

O fornecedor obriga-se a fornecer os bens objeto do lote 2 – Aquisição de combustíveis rodoviários a granel, respetivamente gasóleo, no prazo de 4 dias após a solicitação do serviço

de Gestão de Stocks da Câmara Municipal de Sines e durante todo o período de vigência do contrato.

Cláusula 6.ª - Local do Fornecimento

1. Relativamente ao lote 1 o abastecimento por cartão eletrónico é efetuado nos postos de abastecimento públicos;
2. Os bens respeitantes ao Lote 2 devem ser entregues no local de abastecimento – Parque de viaturas da Câmara Municipal de Sines, sito na Zona Industrial Ligeira II, Lote 24, 7520-309 Sines.
3. O adjudicatário não tem necessariamente de possuir um posto de abastecimento localizado em Sines, desde que os seus cartões de abastecimento permitam o abastecimento em postos de abastecimento localizados em Sines.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 7.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines

Cláusula 9.ª - Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Sines deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Sines.
3. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do fornecedor.

Cláusula 10.ª - Preço base

1. Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de € 695.000,00 (seiscentos e noventa e cinco mil euros) sendo este o preço máximo que o Município de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual, com a seguinte distribuição por lotes nos termos do disposto no art.º 46 – A do CCP:

Lote 1 – € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros) para aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, respetivamente gasolina e gasóleo com cartão eletrónico de abastecimento e

Lote 2 - € 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil euros) para aquisição de combustíveis rodoviários a granel, respetivamente gasóleo:

Cláusula 11.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Sines, nos termos da Cláusula 9.ª, serão pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens, sendo as faturas emitidas de acordo com os fornecimentos faseados.
3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pela porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao fornecedor, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN.

Cláusula 12.ª - Revisão de preços

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

Cláusula 13.ª – Adiantamentos

No âmbito do presente fornecimento de bens não há lugar a adiantamentos.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 14.^a - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

5. Na sequência de eventuais ordens municipais ou governamentais relativas ao cancelamento ou adiamento do fornecimento dos bens em consequência de surto da epidemia Covid-19, de tal facto não resultarão para o Município de Sines quaisquer encargos ou dever de indemnização, podendo tal cancelamento ou adiamento ser comunicado com uma antecedência de 24 horas. O cancelamento determinará a resolução do contrato.

Cláusula 15.ª - Resolução do contrato por parte da Câmara Municipal de Sines

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Sines pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem;

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Fornecedor.

CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 16.ª – Caução

1. Nos termos previstos nos art.º 88.º e 89.º do CCP o adjudicatário deve prestar, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação de adjudicação, uma caução no valor de 5% do

preço contratual, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.

2. O documento original que comprova a caução, deverá ser apresentado nos serviços da Câmara Municipal de Sines, antes da outorga do contrato, conforme alínea c) do n.º 1 do artigo 104.º do CCP;

3. A caução prestada será integralmente liberada até 30 (trinta) dias após o termo do respetivo contrato.

Cláusula 17ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 18.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21.ª – Legislação aplicável

1. Em tudo o omissso no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação.
2. As partes obrigam-se a aplicar as disposições legais em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Lei n.º 58/2019, de 08.08, relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), em relação a todos os dados pessoais por cujo tratamento sejam responsáveis.

PARTE II – CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 22.ª – Especificações Técnicas

1. A aquisição de combustíveis rodoviários em postos públicos de abastecimento, ao abrigo do Lote 1, deverá ser realizada através de cartão eletrónico de abastecimento, com as funcionalidades previstas na cláusula 23.ª do presente caderno de encargos e sem encargos para a Câmara Municipal de Sines;
2. Adicionalmente o adjudicatário deverá, sempre que um veículo seja abastecido, fornecer o respetivo talão com indicação, dos seguintes elementos:
 - a) Identificação do número do cartão;
 - b) Identificação da entidade adquirente;

- c) Identificação do veículo;
- d) Indicação do número de quilómetros à data do abastecimento;
- e) Data, hora e local do abastecimento;
- f) Identificação do produto abastecido e respetivas quantidades.

Cláusula 23.^a – Emissão de Cartão Eletrónico de Abastecimento para o Lote 1

1. A aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento público, ao abrigo do Lote 1, obriga à emissão pelo adjudicatário de um único cartão eletrónico de abastecimento por viatura, sem custos para a Câmara Municipal de Sines, conforme listagem apresentada na cláusula 31.^a do presente Caderno de Encargos;
2. Para além da emissão de um cartão por viatura deverá ser emitido um cartão para os serviços municipais que são apresentados na listagem da cláusula 31.^a, destinado ao abastecimento das máquinas e equipamentos afetos a esses serviços;
3. Aquando da aquisição de uma nova viatura a Câmara Municipal de Sines fornecerá informação ao adjudicatário para a emissão do respetivo cartão eletrónico de abastecimento;
4. O adjudicatário deve disponibilizar no Parque de Viaturas da Câmara Municipal de Sines os cartões eletrónicos no período máximo de 8 (oito) dias úteis, após a requisição dos mesmos;
5. Em caso de dano ou extravio do cartão, o Serviço de Gestão de Frota de Máquinas e Viaturas da Câmara Municipal de Sines comunicará por escrito ao adjudicatário a ocorrência do facto para efeitos de cancelamento imediato do cartão;
6. É da responsabilidade do adjudicatário a utilização abusiva do cartão após a comunicação efetuada nos termos do número anterior;
7. As emissões de segunda via do cartão, até um máximo de uma emissão anual por cartão, não têm custo adicional para a Câmara Municipal de Sines, sendo que o concorrente deverá indicar na sua proposta o custo da emissão de uma terceira via do cartão;

8. Os cartões eletrónicos de abastecimento devem prever os seguintes requisitos e funcionalidades:

- a) Associação a uma viatura, através da identificação pela matrícula;
- b) Associação a uma entidade adquirente, através da identificação pela designação da entidade e por código unívoco, que permita identificar o organismo adquirente;
- c) Associação a um número de contrato;
- d) Ter obrigatoriamente número e um código secreto (PIN);
- e) Possibilidade de fixar um limite de abastecimento em valor;
- f) Possibilidade de limitar a um ou mais tipos de combustíveis;
- g) Obrigatoriedade de registo da quilometragem no momento do abastecimento;
- h) Contabilização do número de quilómetros entre abastecimentos;
- i) Registo dos consumos, com os seguintes dados:
 - I. Data, hora e local (posto, localidade) do abastecimento;
 - II. Identificação do produto e da quantidade abastecida;
 - III. Preço de referência por litro praticado no momento do abastecimento.
- j) Possibilidade de inibição de um cartão;
- k) Possibilidade de extração de informação para formato de ficheiro XML ou compatível com folhas de cálculo.
- l) Para além das funcionalidades previstas no número anterior os cartões eletrónicos de abastecimento devem prever a possibilidade de utilização de serviços opcionais de pagamento de portagens e de estacionamento, associados ou não a um identificador de Via Verde.

Cláusula 24.^a – Níveis de serviço para o Lote 1

1. A Câmara Municipal de Sines comunicará ao adjudicatário, o mais rapidamente possível, qualquer anomalia resultante do abastecimento dos bens que compõe o Lote 1;
2. Quando a anomalia for imputável ao adjudicatário, este fica obrigado a suportar os custos inerentes à reposição das condições de utilização do (s) veículo (s) que existiam anteriormente à ocorrência da anomalia;
3. Para além dos custos referidos no número anterior, pode ser exigido ao adjudicatário uma indemnização pelos custos incorridos e prejuízos causados a pessoas, produtos ou pela inoperacionalidade do veículo;
4. O adjudicatário deverá disponibilizar um Centro de Apoio Telefónico (CAT) com os serviços adequados para encomendas os serviços adequados para reporte de anomalias resultantes do abastecimento de eventuais dúvidas e, se for o caso, solicitação de apoio técnico, durante os dias úteis no período das 09h00 e as 17h00, que deverão assegurar:
 - a) Contatos telefónicos específicos (por assunto);
 - b) Um endereço de correio eletrónico;
 - c) O registo de identificador único de qualquer ocorrência comunicada.

Cláusula 25.^a – Condições de fornecimento do Lote 2

1. No caso do fornecimento de combustíveis rodoviários a granel, conforme previsto no Lote 2, o adjudicatário deverá efetuar os fornecimentos nas condições definidas no presente caderno de encargos, no local definido no ponto 2 da cláusula 6.^a, entre as 08h00 e as 16h00;
2. Os riscos na fase de transporte, do acondicionamento, da carga e da descarga na entrega, são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário;
3. A entrega dos produtos é sempre acompanhada de guia de remessa da qual deve constar, designadamente:

- a) Identificação do número do contrato;
 - b) Identificação da entidade adquirente e local de entrega;
 - c) Identificação do fornecedor;
 - d) Data e hora da entrega;
 - e) Data da encomenda e número da requisição emitida pela entidade adquirente;
 - f) Identificação do produto fornecido e respetivas quantidades;
4. A cópia da guia de remessa, assinada e carimbada pela entidade adquirente, fica na posse da entidade fornecedora, constituindo prova bastante da entrega dos produtos.

Cláusula 26.^a – Níveis de serviço do Lote 2

1. O Serviço de Gestão de Stocks da Câmara Municipal de Sines emitirá requisição relativa às necessidades de consumo, sendo que o adjudicatário terá um prazo máximo de 4 dias para entrega dos produtos solicitados;
2. Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da entrega, deve o adjudicatário, logo que dele tenha conhecimento, requerer fundamentadamente ao Serviço de Gestão de Frota de Máquinas e Viaturas da Câmara Municipal de Sines que lhe seja concedida uma prorrogação do respetivo prazo;
3. Os serviços de carga, transporte e abastecimento no local de entrega deverão cumprir todas as normas de segurança previstas na legislação em vigor;
4. Em caso de anomalia no abastecimento dos produtos imputável ao adjudicatário, este fica obrigado a suportar os custos inerentes à reposição das condições de utilização do (s) veículo (s) ou do posto de abastecimento, existentes anteriormente à ocorrência da anomalia;

5. Para além dos custos referidos no número anterior, pode ser exigido ao adjudicatário uma indemnização pelos custos incorridos e prejuízos causados a pessoas, bens ou pela inoperacionalidade do veículo ou posto de abastecimento;

6. O adjudicatário deverá disponibilizar um Centro de Apoio Telefónico (CAT) com os serviços adequados para encomendas, reporte de anomalias resultantes do abastecimento, esclarecimento de dúvidas, e, se for caso disso, solicitação de apoio técnico, que deverá assegurar:

- a) Contatos telefónicos específicos (por assunto), durante os dias úteis no período entre as 09h00 e as 17h00;
- b) Um endereço de correio eletrónico;
- c) Número de emergência para contato telefónico, disponível 24 horas por dia;
- d) Serviços de piquete de emergência disponível 24 horas por dia;
- e) O registo de identificador único de qualquer ocorrência comunicada.

Cláusula 27.ª – Instalação de reservatório e bomba de abastecimento

1. O adjudicatário procederá à disponibilização/instalação de um reservatório enterrado com capacidade de 24.000 litros de parede simples, com uma área de 30m² (12m x 2,5 m) e 2,5m de altura e da bomba de abastecimento necessária ao armazenamento e utilização dos produtos fornecidos, cumprindo todas as exigências existentes nas normas e legislação em vigor, incluindo todos os equipamentos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos;

2. O adjudicatário dispõe de 10 (dez) dias uteis, após a assinatura do contrato para proceder à disponibilização do reservatório, no local indicado, em data e hora a combinar, por escrito, com o Serviço de Gestão de Frota de Máquinas e Viaturas da Câmara Municipal de Sines;

3. A instalação do reservatório não poderá exceder as 72 horas, sendo que se a instalação exceder este prazo, o adjudicatário deverá assegurar o abastecimento por outra via, sem encargos extras para a Câmara Municipal de Sines;
4. No âmbito do fornecimento e instalação dos equipamentos, deverão ser incluídos todos os trabalhos necessários ao pleno funcionamento do sistema de abastecimento, de acordo com todas as exigências existentes nas normas e legislação em vigor;
5. Se necessário o adjudicatário procederá à remoção do reservatório e da bomba já existentes na Câmara Municipal de Sines, para local a indicar por esta;
6. Deverá ser disponibilizado um sistema de gestão de abastecimentos o qual deve permitir a exportação dos dados via USB, para formato XLS ou outro compatível com folhas de cálculo;
7. O sistema de abastecimento deverá permitir identificar a viatura, o funcionário, o tipo de combustível, a quantidade e registar a quilometragem, data e hora de abastecimento.
8. Em caso de avaria ou mau funcionamento dos equipamentos instalados para fornecimento de gasóleo a granel, o adjudicatário deverá promover a sua reparação ou substituição no prazo de 2 (dois) dias úteis, após comunicação da Câmara Municipal de Sines.
9. Durante o prazo fixado para a apresentação de proposta, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, podem ser solicitadas visitas ao local de instalação do depósito
10. Em caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe dê origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos equipamentos objeto do contrato para um terceiro a designar pela Câmara Municipal de Sines, de modo a garantir a continuidade do fornecimento, com a mínima perturbação e de modo a que a transição ocorra de modo progressivo e ordenado.

Cláusula 28.^a – Emissão de relatórios de gestão

1. É obrigação do adjudicatário remeter à Câmara Municipal de Sines os relatórios de gestão relativamente a cada um dos lotes considerados;
2. Os relatórios de gestão incluem:
 - a) Relatórios de faturação;
 - b) Relatórios de níveis de serviço;
3. Os relatórios de faturação a que se refere a alínea a) do n.º 2 da presente cláusula, devem conter a seguinte informação:

I. Lote 1

- a) Identificação do número do contrato;
- b) Identificação do compromisso orçamental;
- c) Identificação do número do cartão;
- d) Identificação do veículo;
- e) Localização do posto de abastecimento;
- f) Data e hora do abastecimento;
- g) Identificação do produto abastecido e respetivas quantidades;
- h) Quilometragem no momento do abastecimento;
- i) Identificação de possíveis irregularidades no abastecimento;

II. Lote 2

- a) Identificação do número do contrato;
- b) Identificação do compromisso orçamental;
- c) Data da encomenda e número da requisição emitida pelo Serviço de Gestão de Stocks;

- d) Data e hora e local da entrega;
- e) Identificação do produto fornecido e respetivas quantidades;
- f) Identificação de possíveis irregularidades no abastecimento.

4. Os relatórios de níveis de serviço a que se refere a alínea b) do n.º 2 da presente cláusula, devem conter a seguinte informação:

I. Lote 1

- a) Número total de cartões eletrónicos de abastecimento emitidos;
- b) Número de utilizadores;
- c) Informação agregada dos fornecimentos (valor global das faturas);
- d) Número de ocorrências registadas pelo CAT

II. Lote 2

- a) Número de encomendas realizadas;
- b) Número de dias decorridos entre a data da encomenda e a data de entrega dos bens;
- c) Número de ocorrências registadas pelo CAT.

5. Os relatórios de gestão previstos na presente cláusula devem ser enviados para a Câmara Municipal de Sines com uma periodicidade trimestral, até ao dia 15 (quinze) do mês subsequente ao final do trimestre a que dizem respeito, podendo os relatórios de faturação ser substituídos pela própria fatura emitida mensalmente;

6. Considera-se não apresentação definitiva dos relatórios de gestão, o seu não envio até 15 (quinze) dias após o termo do prazo previsto no número anterior;

7. O não envio dos relatórios ou a falta de observância da informação solicitada, implica a suspensão dos pagamentos até à regularização da situação em causa;

Cláusula 29.ª – Preços dos produtos

1. A formação do preço dos combustíveis rodoviários objeto do presente contrato resulta da aplicação do desconto unitário proposto pelos concorrentes (euros por litro) relativamente ao preço de referência do litro de combustível;
2. Os preços de referência são os praticados e divulgados semanalmente pelo cocontratante, tendo por base as fórmulas expressas na legislação em vigor;
3. Os descontos mínimos propostos devem ser apresentados, até à quarta casa decimal, conforme o Anexo I ao presente Caderno de Encargos, e incluir os seguintes parâmetros:
 - a) Carga, transporte e descarga no local de entrega;
 - b) Instalação e configuração dos equipamentos, sem prejuízo do disposto na cláusula 27.ª do presente Caderno de Encargos;
4. Os descontos a apresentar pelas entidades fornecedoras não incluem IVA;
5. Poderá ser apresentada uma comissão de serviço não superior a 3% para os serviços adicionais previstos na cláusula 1.ª do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 30.ª – Quantidades a fornecer

		Estimativas de Consumo
Lote 1 – Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, com cartão eletrónico de abastecimento	Gasóleo (aditivado)	21.000 Litros
	Gasolina (s/chumbo 95)	15.000 Litros

Lote 2 – Aquisição de combustíveis rodoviários a granel – Gasóleo (aditivado)	600.000 Litros
--	----------------

Os consumos de combustíveis referidos na tabela anterior são meramente indicativos e não vinculam a Câmara Municipal de Sines para efeitos de execução de contrato.

O fornecimento deverá ser efetuado de forma faseada, de acordo com as solicitações do Serviço de Gestão de Stocks da Câmara Municipal de Sines, e no prazo de 4 dias após a sua solicitação.

Cláusula 31.^a – Listagem de veículos para emissão de cartões eletrónicos de abastecimento em postos de abastecimento públicos

- GASÓLEO**

Matrícula	Marca	Modelo	Categoria	Plafon diário por cartão
60-87-US	Volvo	B7R48-52	Pesado Passageiros	500 € p/ dia
01-GX-09	Toyota	Optimo	Pesado Passageiros	150 € p/ dia
29-FD-57	Nissan	Interstar	Pesado Passageiros	150 € p/ dia
41-AO-93	Volvo	FM 12-39	Pesado Mercadorias	500 € p/ dia
02-QM-27	Fiat	Nova Doblo Combi Maxi	Ligeiro Passageiros	100 € p/ dia
56-QH-64	Fiat	Doblo Cargo Easy	Ligeiro Mercadorias	100 € p/ dia
09-72-ZG	Volkswagen	Polo	Ligeiro Passageiros	100 € p/ dia
10-24-ZG	Volkswagen	Golf	Ligeiro Passageiros	Sem restrições

05-FX-12	Seat	Ibiza	Ligeiro Passageiros	100 € p/ dia
43-DO-88	Volkswagen	Passat	Ligeiro Passageiros	Sem restrições
40-LM-39	Volkswagen	Golf	Ligeiro Passageiros	Sem restrições
27-GN-67	Mitsubishi	Colt	Ligeiro Passageiros	100 € p/ dia
53-GC-73	Volkswagen	Transporter T5 Combi	Ligeiro Passageiros	100 € p/ dia
22-QL-43	Iveco	35S13V	Ligeiro Mercadorias	Sem restrições
45-JJ-56	Fiat	Doblo	Ligeiro Passageiros	Sem restrições
91-TB-74	Iveco	DPC70	Pesado Passageiros	Sem restrições
53-TZ-09	Iveco	IS72CI2DA	Pesado Passageiros	Sem restrições
53-TZ-11	Iveco	IS72CI2DA	Pesado Passageiros	Sem restrições
53-TZ-12	Iveco	IS72CI2DA	Pesado Passageiros	Sem restrições
66-FU-42	Volkswagen	7HC	Ligeiro Passageiros	Sem restrições
82-TB-02	Volkswagen	3CC	Ligeiro Passageiros	Sem restrições
13-UQ-27	Opel	B-K	Ligeiro Passageiros	Sem restrições
67-UB-15	Opel	B-K	Ligeiro Passageiros	Sem restrições
Parque	-----	-----	-----	Sem restrições
32-ZJ-55	Volvo	C40C	Pesado Passageiros	500 € p/ dia
31-MV-23	Renault	Master	Pesado Passageiros	150 € p/ dia
49-XV-54	Volkswagen	7HC	Ligeiro Passageiros	150 € p/ dia
28-ZA-49	Renault	Trafic	Ligeiro Misto	150 € p/ dia
27-ZA-20	Renault	Kangoo	Ligeiro Mercadorias	150 € p/ dia

• **GASOLINA**

Matrícula	Marca	Modelo	Categoria	Plafon diário por cartão
49-11-SD	Renault	BA Megane	Ligeiro Passageiros	100 € p/ dia
19-15-OF	Renault	BA Megane	Ligeiro Passageiros	100 € p/ dia
Parque	-----	-----	-----	Sem restrições
Serviço de Limpeza	-----	-----	-----	100 € p/ dia
Serviço de Jardins	-----	-----	-----	100 € p/ dia
Serviço de Vias	-----	-----	-----	100 € p/ dia
Serviço de Águas	-----	-----	-----	100 € p/ dia
Serviço de Esgotos	-----	-----	-----	100 € p/ dia
Serviço de Sinalização e Trânsito	-----	-----	-----	100 € p/ dia
Serviço de Eletricidade	-----	-----	-----	100 € p/ dia
Serviço de Obras	-----	-----	-----	100 € p/ dia
Serviço de Carpintaria	-----	-----	-----	100 € p/ dia
Serviço Máquinas Campo de Futebol	-----	-----	-----	100 € p/ dia

**FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS AO ABRIGO DO ACORDO
QUADRO Nº 03/2021 DA CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL**

PROCESSO N.º 2022/300.10.005/190

**CADERNO DE ENCARGOS - ANEXO I
PROPOSTA DE DESCONTO E DEMAIS COTAÇÕES**

Identificação do Concorrente: <input type="text"/>		
Lote 1	Gasóleo	Gasolina
Desconto por litro Proposto	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €
Art.º 21º Programa de Concurso do Acordo Quadro	> 0.0500€	> 0.0500€
Lote 2	Gasóleo	
Desconto por litro Proposto	<input type="text"/> €	
Art.º 21º Programa de Concurso do Acordo Quadro	> 0.0800€	
Cartão eletrónico de abastecimento 3ª via anual previsto no n.º 7 da cláusula 23.ª do presente CE		Cartão <input type="text"/> €
Comissão de Serviço para os serviços do CE		<input type="text"/> %

adicionais, previstos na cláusula 1.ª

< 3%

Cf. n.º 10 Art.º 21º Programa de Concurso do Acordo Quadro

Nota: Preencher ao abrigo do n.º 3 da cláusula 29.º do presente CE até à quarta casa decimal